UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DE TRACÇÃO ANIMAL NA CIDADE: UM ESTUDO SOBRE O PERFIL DOS CARROCEIROS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA

Daniela Santa Rosa Rodrigues

danielasrrodrigues@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa/PB

Brasil

RESUMO: Atualmente, a utilização dos veículos de tração animal em áreas urbanas é tratada como um problema social que pode ser pensado a partir de quatro pontos. O primeiro está relacionado à disputa por espaço nas vias de tráfego, o que ocasiona muitos acidentes. O segundo relaciona-se à questão de saúde pública, com o uso de animais doentes e mal alimentados, culminando em um conflito com ativistas e com ONG's de proteção dos direitos dos animais, que lutam pelo fim desse tipo de transporte. O terceiro ponto, diz respeito aos transtornos ambientais – fatores positivos, relacionados à reciclagem e reutilização de objetos descartados; e negativos, com a falta de fiscalização sanitária. O quarto ponto é o próprio carroceiro, excluído socialmente, usa a carroça para transportar pequenas mudanças, material de construção, material reciclável e etc. Nesse sentido, o presente trabalho é fruto da pesquisa de mestrado em andamento e tem como objetivo o estudo sobre a presença e perfil dos carroceiros na cidade de João Pessoa, que são os trabalhadores informais, que utilizam a carroça como forma de subsistência. Castells (1979) atenta para o entendimento do processo de exclusão sócio-espacial, onde se nota cidadãos incluídos e excluídos. Nesse caso, o cidadão incluído seria aquele privilegiado, que tem acesso à serviços básicos e renda para manutenção da vida, e o cidadão excluídos não tem acesso à esses serviços, estando a margem da sociedade por não ter sido incluído no projeto modernizador da sociedade brasileira. É importante pensar na existência da segregação sócio-espacial com a apropriação irregular do território e conseqüentemente com a ampliação e exclusão da periferia urbana, acarretando no aumento do trabalho informal, além de condições precárias para o exercício da atividade, como é o caso do carroceiro e

catadores. Além disso, a próprio trabalho, traduzindo na atividade prática e cotidiana do carroceiro e do catador o torna um sujeito paradoxal, pois ele é incluído ao ter um trabalho, mas excluído pelo tipo de trabalho que realiza: trabalho precário, realizado em condições inadequadas, com alto grau de periculosidade e insalubridade. Durante o desenvolvimento da pesquisa está sendo utilizado o método qualitativo para obtenção da análise de dados, com a pesquisa de campo e aplicação de questionários junto aos carroceiros, que serão alinhados com o aporte teórico da Sociologia Urbana e da Sociologia do Trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: carroceiros, veículos de tração animal, João Pessoa

1 INTRODUÇÃO

A condição histórica do Brasil fez com que durante quase quatro séculos os veículos de tração animal ocupassem um papel de destaque tanto para a economia agroexportadora quanto para o transporte de pessoas das classes mais abastadas e de prestígio. Durante esse período a criação de bovinos para corte ajudou a povoar o interior do país, sendo utilizados também para o preparo do solo para a lavoura, enquanto equinos eram utilizados para transporte, destacando a indistinção entre escravos (bens) – que também eram utilizados para transporte de seus senhores - e animais (semoventes).

O começo do século XX marca a migração da população rural para as cidades, ocasionando o crescimento dessas e o abandono de hábitos de contextos rurais, acarretados pela absorção desses costumes pelos núcleos urbanos em desenvolvimento. Esse processo de urbanização acelerou-se nos anos 1950 e, principalmente nos finais dos anos 1960. Na região nordeste a transição da economia rural e açucareira abre espaço para a emergência de novos tipos de comércios, com o desenvolvimento da comunicação e com o aparecimento de trabalhadores autônomos. A oferta de transporte passa a ser feita por bondes e veículos automotores e o uso de veículos de tração animal (carroças) assume um papel secundário.

Atualmente, a utilização dos veículos de tração animal em áreas urbanas é tratada como um problema social que pode ser pensado a partir de quatro pontos. O primeiro está relacionado à disputa por espaço nas vias de tráfego, o que ocasiona muitos acidentes. O segundo relaciona-se à questão de saúde pública, com o uso de

animais doentes e mal alimentados, culminando em um conflito com ativistas e com ONG's de proteção dos direitos dos animais, que lutam pelo fim desse tipo de transporte. O terceiro ponto, diz respeito aos transtornos ambientais – fatores positivos, relacionados à reciclagem e reutilização de objetos descartados; e negativos, com a falta de fiscalização sanitária. O quarto ponto é o próprio carroceiro, excluído socialmente, usa a carroça para transportar pequenas mudanças, material de construção, material reciclável, etc.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como pretensão o estudo sobre a presença de carroceiros na cidade de João Pessoa. Para desenvolver a pesquisa será necessária a articulação com duas entidades, sendo a primeira a ONG Harpias (Harmonia dos Protetores Independentes dos Animais) que desde 2012 busca junto à Prefeitura Municipal de João Pessoa a aprovação do projeto de regulamentação dos carroceiros, além de monitorar de forma autônoma a saúde dos animais de alguns carroceiros; e a segunda articulação será com a Astramare (Associação dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis), concentrada no Galpão do Roger. O objetivo da pesquisa é ter acesso às pessoas que vivem do trabalho com a carroça, conhecer quem são esses sujeitos e refletir questões concernentes à exclusão social, invisibilidade, trabalho informal, e a ausência de políticas públicas para esse segmento, buscando contribuir para pesquisas dentro das temáticas da Sociologia Urbana e da Antropologia Urbana.

CARROCEIROS COMO OBJETO DE ESTUDO

O presente projeto de pesquisa visa dar continuidade ao estudo da cidade como objeto tanto da Sociologia Urbana quanto da Antropologia Urbana. A pesquisa teve início durante a graduação em Ciências Sociais, cujo Trabalho de Conclusão de Curso culminou na pesquisa e reflexão concernentes à segregação sócio-espacial e o uso do espaço público como mecanismos de controle e de estratificação social. Porém, a cidade estudada na ocasião foi Brasília, trazendo a tona os pressupostos de sua idealização. Logo, a proposta dessa pesquisa é fruto de recomendações sugeridas pela própria banca examinadora da monografia, no qual atentou para o desenvolvimento de pesquisas de mesmo caráter na cidade de João Pessoa.

Nesse contexto, a pesquisa busca conhecer o perfil dos trabalhadores informais em João Pessoa, que utilizam a carroça como forma de subsistência, ou seja, pretende-se conhecer a atividade laboral desses sujeitos, bem como evidenciar quem são esses

trabalhadores através de questões como escolaridade, renda, cor, sexo e idade. Uma pesquisa parecida fora realizada na cidade de São Paulo em 2005 com uma amostragem de 2,5% de carroceiros existentes nessa cidade¹. No caso da cidade de João Pessoa, a ONG Harpias está tentando reavivar um projeto de 2012 que regulamenta os carroceiros e que foi vetado pelo prefeito Luciano Cartaxo. De acordo com membros da ONG, tal projeto foi votado na Câmara Municipal, porém ao ser encaminhado ao gabinete do prefeito no período de transição de Luciano Agra para Cartaxo, fora vetado, justificado pela falta de tempo em revisá-lo.

Outra questão pertinente para justificar a relevância da pesquisa, diz respeito ao que está disposto no Código de Posturas do Município de João Pessoa. No citado documento está elencado:

Art. 210 - É proibida a permanência e o trânsito nos logradouros e espaços públicos, de animais de qualquer espécie, salvo os que estejam sendo utilizados em serviços de segurança pública ou de tração animal, desde que devidamente licenciados. Os animais domésticos ou domesticáveis, matriculados pelo órgão competente, terão sua permanência tolerada, desde que acompanhada pelo proprietário ou responsável.

Art. 213 - É vedada a criação ou manutenção de quaisquer animais na área urbana, exceto os domésticos, os mantidos em zoológicos, reservas florestais e áreas especiais de preservação, devidamente licenciados, (constante no mapa 03 do Plano Diretor).

PARÁGRAFO ÚNICO - Os infratores deste artigo terão os animais apreendidos e removidos pelo poder Público Municipal sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis.

Parece paradoxal e incompatível o que está disposto no Art. 210 e no Art. 213, uma vez que o primeiro autoriza a manutenção de animais em áreas urbanas e o último veda. A falta de uma regulamentação implica na ausência quantitativa de carroceiros em João Pessoa, bem como a fiscalização - a saber, o cumprimento das normas de trânsito vigentes e a utilização de animais com atestados sanitários, além de manter essa categoria de trabalhadores fora de políticas públicas de inclusão.

¹ Segundo o Movimento Nacional dos Carroceiros (MNCR), existem cerca de 20 mil carroceiros na cidade de São Paulo. Para o desenvolvimento da pesquisa foram entrevistados 500 carroceiros (2,5%), a fim de traçar o perfil socioeconômico desses trabalhadores.

O principal desafio da pesquisa é articular o trabalho da ONG Harpias com a pesquisa com carroceiros. Embora a ONG esteja à frente do projeto de regulamentação junto à Prefeitura Municipal de João Pessoa, compreende-se que o objetivo final da ação não visa o carroceiro, mas o fim da utilização de veículos com tração animal, justificado pelos maus tratos aos animais. Porém, propor o estudo junto à ONG resultaria na mediação entre a pesquisadora e o próprio carroceiro, já que existem trabalhos autônomos realizados pela organização de conscientização de bem estar animal, bem como oferta de consultas veterinárias para os animais dos carroceiros. Outra questão pertinente diz respeito à própria categoria carroceiro. Diferentemente do trabalho de catadores de materiais recicláveis, que já se organizam em cooperativas e associações, o carroceiro muitas das vezes exerce seu trabalho de forma autônoma, transportando não somente materiais recicláveis, mas também pequenas mudanças, alimentos e materiais de construção. Nesse aspecto, a ONG também ajudará a chegar nesses carroceiros que não estão associados à cooperativas, diferentemente dos catadores que utilizam a carroça para transportar o material recolhido e que estão articulados com a Astramare.

Logo, a relevância da pesquisa justifica-se através da coleta e tratamentos desses dados, cujo objetivo é relacioná-los às questões demandadas pela Sociologia e pela Antropologia Urbana, refletidas em dados como exclusão social, invisibilidade, utilização do espaço público como instrumento de poder e de segregação social, além da falta de políticas públicas para esses trabalhadores informais, o que acarreta conflitos concernentes à mobilidade e à questões ambientais, a exemplo de tensões entre ativistas dos direitos dos animais, poder público e dos que utilizam de veículos de tração animal.

3 DISCUSSÃO TEÓRICA

O desenvolvimento das vilas e cidades brasileiras está relacionado à presença da utilização do trabalho de bovinos, dos muares, dos equinos e dos asininos, logo foi bastante relevante o uso dos animais de tração para a economia brasileira e nordestina em particular. Prado Júnior (1998) aponta que os muares, por exemplo, foram objetos de criação na época da colonização do Sudeste, tanto no período aurífero quanto no cafeeiro, e teve, então, seu papel significativo no transporte da riqueza da época. Freyre (1989) também pontua a utilização dos animais de tração para transporte da carga nos engenhos de açúcar, enfatizando a importância dos cavalos que, juntos aos escravos, eram utilizados para o transporte de membros da elite.

A história de construção territorial brasileira já começa marcada por processos de exclusão, em que o acesso à cidadania e aos serviços públicos não atingia a maior parte da população. Logo, a exclusão social não é novidade no cotidiano da população e do espaço urbano. Enquanto país capitalista, o Brasil seguiu o modelo de países desenvolvidos, principalmente depois da ascensão de ideais de modernização e progresso, com a transição de uma sociedade agrária para uma sociedade urbana e industrial. Com o aparecimento de bondes e veículos automotores, a utilização de veículos de tração animal fora posto em um plano secundário.

Enquanto as décadas de 1950 e 1960 marcam a acentuação do crescimento urbano alinhado com a política desenvolvimentista de Estado e com o investimento na indústria automobilística, os anos de 1970 surgem, segundo Harvey (1996), trazendo a idéia de prosperidade, cuja dimensão viria acompanhada do crescimento e ganhos sociais, incluindo também uma justiça social. É certo que se investiu muito na economia, o contexto urbano ganhou ainda mais destaque, surgindo contrastes e disparidades sociais.

Castells (1979) atenta para o entendimento do processo de exclusão sócio-espacial, em que se notam cidadãos incluídos e excluídos. Nesse caso, o cidadão incluído seria aquele privilegiado, que tem acesso aos serviços básicos e renda para manutenção da vida, e o cidadão excluído não tem acesso a esses serviços, estando à margem da sociedade por não ter sido incluído no projeto modernizador da sociedade brasileira.

Milton Santos (2002) pontua a seguinte questão:

[...] os pobres não são incluídos nem marginais, eles são excluídos. A divisão do trabalho era, até recentemente, algo mais ou menos espontâneo. Agora não. Hoje ela obedece a cânones científicos - por isso consideramos uma divisão do trabalho administrada - e é movida por um mecanismo que traz consigo a produção de dívidas sociais e a disseminação da pobreza numa escala global. (SANTOS, 2002, pag. 73)

Nesse sentido, é importante pensar na existência da segregação sócio-espacial com a apropriação irregular do território e conseqüentemente com a ampliação e exclusão da periferia urbana, acarretando no aumento do trabalho informal, além de condições precárias para o exercício da atividade, como é o caso do carroceiro e catadores. A exclusão “intelectual” resultante do baixo nível de escolaridade faz dos

carroceiros e daqueles que vivem da coleta de materiais recicláveis sujeitos invisíveis e incômodos. Carmo (2009) destaca que a dificuldade no acesso à educação acaba privando esses trabalhadores de informações concernentes aos novos mercados de trabalho e ao próprio escoamento do material recolhido – que muitas das vezes é vendido por um preço bem abaixo do valor, explicado pela presença de atravessadores.

Além disso, o próprio trabalho, traduzindo na atividade prática e cotidiana do carroceiro e do catador o torna um sujeito paradoxal, pois ele “é incluído ao ter um trabalho, mas excluído pelo tipo de trabalho que realiza: trabalho precário, realizado em condições inadequadas, com alto grau de periculosidade e insalubridade [...]” (MEDEIROS E MACÊDO, 2006).

Para o caso do catador, Figueiredo (2012) faz pertinente colocação:

[...] os catadores não são necessários para a sociedade. O catador faz parte de um estrato social que, desprovido de possibilidades/oportunidades de ascensão social, migra para atividades que demandam baixa qualificação profissional e, portanto recebem baixos salários. Estudos mostram que o catador é um sujeito que possui baixa ou nenhuma escolarização, foi expulso do meio rural devido à concentração de terras ou compõe parte mais pobre das periferias das cidades brasileiras. O catador atua na coleta de materiais recicláveis devido à “facilidade” da ocupação, ou seja, a disponibilidade de lixo nas ruas, o que comprova a ineficiência dos serviços de coletas prestados pelas prefeituras das cidades brasileiras. Esses sujeitos, dignos de atenção por parte dos governantes e de benevolência por parte da população, compõe a parte mais fragilizada de uma poderosa indústria de reciclagem que socializa os custos da coleta de suas matérias-primas (os materiais recicláveis) através do não pagamento dos serviços de coleta aos catadores. (FIGUEIREDO, 2012).

Diante do exposto, o presente projeto pretende fazer a leitura e compreensão dos dados coletados junto aos carroceiros da cidade de João Pessoa, e relacioná-las com a literatura preliminar apresentada e com outros aportes teóricos que surgirão durante os desdobramentos da pesquisa.

4 METODOLOGIA

Durante o desenvolvimento da pesquisa está sendo utilizado o método qualitativo para obtenção e análise de dados, com a pesquisa de campo, culminando no

alcance da objetivação proposta no desenvolvimento do projeto. Na primeira parte da pesquisa é feito o resgate histórico do uso de veículos de tração animal com a utilização de documentos e textos que retratem o surgimento das cidades brasileiras, enfatizando a transição de um país agrário para um país urbano-industrial, bem como os ideais de modernização e progresso, incluídos os processos espaciais de concepção da cidade. Destaca-se aqui o surgimento de bondes e de veículos automotores, e a decadência da utilização de veículos de tração animal para fins econômicos.

No segundo momento da pesquisa, com base na literatura selecionada, é proposto a discussão relativa aos processos de exclusão e de invisibilidade social em contextos urbanos, destacando a mudança valorativa dos veículos de tração animal na cidade e a realidade dos sujeitos que utilizam a carroça para subsistência nos dias atuais. Posteriormente, busca-se alinhar a pesquisa com a atuação da ONG Harpias, cuja ação vem pressionando o poder público para regulamentar os carroceiros na cidade de João Pessoa, além da aproximação com os carroceiros que a ONG auxilia. Nesse momento haverá, também, o contato com os catadores que usam a carroça. Em ambos os casos, será realizada entrevistas e aplicação de um questionário socioeconômico junto aos carroceiros, cujos quesitos estarão relacionados à escolaridade, renda, sexo, cor e idade. Para isso será de suma importância o acompanhamento nas atividades laborais dos carroceiros, a fim de compreender melhor essa concepção de trabalho.

O terceiro momento da pesquisa propõe o tratamento e a tabulação dos dados coletados através da pesquisa de campo e transcrição das entrevistas realizadas. Esses dados serão recolhidos em cima de uma amostragem de carroceiros a ser definida durante a pesquisa, levando em consideração a duração do mestrado acadêmico. Com os dados devidamente tratados, teremos um panorama do perfil socioeconômico dos carroceiros existentes em João Pessoa e será fundamental para a realização do quarto momento da pesquisa, que consistirá na tarefa de analisar os dados relativos aos carroceiros qualitativamente, alinhando-os com a literatura preliminar apresentada, bem como outras que surgirão durante o desenvolvimento da pesquisa. Por fim, será importante destacar as tensões ocasionadas entre ativistas dos direitos dos animais e os carroceiros, além de evidenciar o descaso do poder público com esse segmento, legitimado pela falta de políticas públicas de inclusão e na morosidade para aprovação do projeto que regulamenta os carroceiros em João Pessoa.

Até o atual momento da pesquisa existe um impasse: uma lei sancionada proíbe o trânsito de veículos de tração animal em João Pessoa. A lei 13.170/2016 prevê que

nos locais em que esse tipo de veículo é permitido, o animal não deve carregar 20% do seu peso, além de possuir um registro. Na teoria a lei era para ter entrado em vigor no dia 23/01/2016, porém não é o que registra na prática. Desde que a lei foi promulgada foram registrados mais de cinco protestos de carroceiros em frente a órgãos públicos municipais da cidade de João Pessoa, cuja luta busca um diálogo com o poder público, pois a carroça ainda é a única forma de sustento do carroceiro e da sua família.

Mesmo com a lei sancionada e a proibição da circulação de veículos de tração animal dentro do perímetro urbano da cidade de João Pessoa, ainda se verifica com a mesma frequência de sempre a presença dos carroceiros nas ruas da cidade, onde a carroça divide espaço com carros na rua. A pesquisa de campo junto a esses trabalhadores teve início em agosto de 2017, na qual foram feitas perguntas informais concernente ao tipo de trabalho realizado, bem como a coleta de dados referente a idade e grau de escolaridade. Mesmo com uma pequena amostragem, já que estamos no início da pesquisa, podemos verificar que dos 8 (oito) carroceiros abordados, temos 2 com idade entre 18 a 25 anos; 3 com idade entre 25 a 35 anos; 2 com idade entre 35 a 45 anos e 1 acima dos 55 anos. Nenhum desses concluiu os estudos, embora saibam ler e escrever. Seria interessante fazer um trabalho mais minucioso com cada trabalhador entrevistado, mas o tempo da pesquisa não permite, pois a atividade itinerante do carroceiro, sem local fixo, demandaria uma maior quantidade de tempo para pesquisa.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou mostrar o que se espera da pesquisa em andamento com os carroceiros da cidade de João Pessoa. Embora a pesquisa tenha sido iniciada há pouco tempo, o pouco contato que obtive com os carroceiros através de breves diálogos e nos acompanhamentos dos protestos é que a situação de subemprego e de trabalho informal e insalubre faz desses sujeitos permanecerem em uma situação de invisibilidade social, tanto por parte do poder público quando por parte da população. Como a pesquisa ainda não chegou ao ponto de contato com as ONGs de proteção animal, o que temos até aqui é que elas oferecem alternativas aos carroceiros para que esse cuide da melhor forma possível do seu cavalo ou burro, mesmo que a organização seja a favor do fim desse tipo de veículo. Existe um entendimento por parte desta que concerne ao trabalhador: um sujeito que necessita de meios para sobreviver e sustentar

sua família; na qual a carroça é sua única opção. Nesses termos, o breve relato buscou contribuir, através da explicitação dos dados obtidos, para os estudos a cerca da exclusão social e da pobreza.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel C. de. **A terra e homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 6ª ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

CARMO, Scarlet. **A semântica do lixo e o desenvolvimento socioeconômico dos catadores de recicláveis** – considerações sobre um estudo de caso múltiplo em cooperativas na cidade do Rio de Janeiro. Cadernos EBAPE.BR, v.7, n.4, p 12 – 21, 2009.

CASTTELS, Manuel. **Problemas de investigação em sociologia urbana**. Lisboa, 1979.

_____. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FIGUEIREDO, Fábio Fonseca. **Seriam os catadores heróis?** Observatório da Imprensa. Ano 16.nº693, maio 2012. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed693_seriam_os_catadores_her>. Acesso em: 12 de setembro de 2015.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1989

FRÚGOLI JR, Heitor. **O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia**. Revista de Antropologia. USP, São Paulo, v.48, nº 1.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1959.

HARVEY, David. **Justiça. Natureza e Geografia da Diferença**. Cambridge: Balckwell Publishers.1996

IANNI, Octávio. **A Idéia de Brasil Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LEVAI, Laerte Fernando. **Animais de tração e sua tutela jurídica pelo ministério público: aspectos sociais e pedagógicos de um termo de ajustamento de conduta**. Disponível em:< www.forumnacional.com.br/animais_de_tracao.pdf>. Acesso em 08 de setembro de 2015.

MEDEIROS, L.F.R; MACÊDO, K.B. **Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?** Psicologia e Sociedade; p. 62 – 71. Mai./ago. 2006.

MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA – PARAÍBA. **Lei Complementar nº 07**, de 17 de agosto de 1995. Acesso em: 29 de agosto de 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PORTAL APRENDIZ UOL. **Pesquisa traça o perfil dos carroceiros paulistanos**. Disponível em: <http://portal.aprendiz.uol.com.br/content/pesquisa-traca-perfil-dos-carroceiros-paulistanos>. Acesso em: 11 de setembro de 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Editora Records, 2002.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental**. Em: VELHO, Otávio Guilherme. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.